

## **MARANHÃO E SÃO PAULO, DOIS ESTADOS ENTRELACADOS EM UM ÚNICO OBJETIVO: saberes elementares aritméticos identificados nos documentos oficiais para o ensino público primário, 1890-1895 (contributos para a história em educação matemática).**

Marylucia Cavalcante Silva<sup>1</sup>  
Maria de Fátima Duarte Martins<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Neste texto, é apresentado o resultado de uma pesquisa que buscou analisar saberes elementares aritméticos prescritos para o ensino público primário do Estado do Maranhão a partir do modelo difundido na Escola Primária de São Paulo, no período de 1890-1895. A investigação utiliza como fonte de pesquisa Regulamentos, Decretos, Leis e os Programas para o ensino de aritmética elaborado nos estados Maranhão e São Paulo, 1890-1895. Como referência teórico-metodológica o trabalho configura-se de natureza histórica com suporte na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental para compreensão e construção do objeto de pesquisa. Consideraram-se os estudos dos historiadores Le Goff (1990; 1994); Certeau (1982; 2013); Chervel (1990); Farias Filho (1998) e Valente (1999; 2007; 2013; 2014; 2015) e autores maranhenses, como: Oliveira (1874); Viveiros (1953); Andrade (1984); Tribuzi (1981); Meireles (2001) e Saldanha (2008). Constatou-se a partir das fontes examinadas vestígios de fértil aproximação nos programas de ensino da escola primária do Maranhão (MA) em relação à escola primária de São Paulo (SP), que põe em cena a presença de saberes elementares aritméticos localizados na matéria/disciplina Aritmética dos programas de ensino primário nos dois estados.

**Palavras-chave:** Saberes Elementares Aritméticos. Ensino Público Primário. Maranhão e São Paulo.

### **INTRODUÇÃO**

O enorme crescimento de pesquisas que envolvem a história da educação matemática tem apontado resultados positivos para a melhoria do processo de formação docente e de aprendizagem na educação matemática. Isso possivelmente ocorre devido a uma gama de estudos e pesquisas em programas de pós-graduação em Educação, Educação Matemática,

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Matemática-PPGECM, da Universidade Federal de Pelotas, RS - Brasil. Professora pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Núcleo de Tecnologias para Educação-UEMAnet. Membro do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática - GHEMAT. E-mail: marynead@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Matemática-PPGECM, da Universidade Federal de Pelotas, RS - Brasil. E-mail: duartemartinsneia@gmail.com

Ensino de Matemática em andamento em diversos programas no Brasil, nesse sopro afere o presente texto intitulado Maranhão e São Paulo, dois estados, entrelaçados em um único objetivo: saberes elementares aritméticos identificados nos documentos oficiais para o ensino público primário, 1890-1895, como resultado de uma pesquisa<sup>3</sup> de mestrado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Matemática-PPGECM, da Universidade Federal de Pelotas-UFPel /RS, vinculada ao conjunto de investigações desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática - GHEMAT, coordenado pelo prof. Wagner Rodrigues Valente<sup>4</sup>.

A partir das considerações acima se investigaram saberes elementares aritméticos prescritos para o ensino público nos anos iniciais de escolarização nos estados brasileiros, Maranhão (MA) e São Paulo (SP). O entrelaçamento entre estados deveu-se ao fato da incipiência de pesquisas em Educação Matemática no Estado do Maranhão – percebe-se um número reduzido de pesquisa neste campo, possivelmente priorizando outros estudos - por essa ressalva, percebeu-se no período investigado, particularmente em São Paulo, uma fecunda legislação para o ensino primário<sup>5</sup>, destacando-o como modelo difusor para outros estados da federação. Nesse interim os saberes ganharam elementos de destaque num exercício de aproximação nos programas de ensino dos dois estados. Desse modo, a luz destas reflexões, questões puderam ser formuladas:

✓ Como o modelo Escola Primária difundida a partir do modelo de São Paulo, circulou saberes elementares aritméticos presentes nos programas da Escola Primária do Maranhão no período de 1890 a 1895?

✓ Como os saberes elementares aritméticos – difundidos a partir de São Paulo – foram apropriados nos programas da Escola Primária no Maranhão no período de 1890 a 1895?

---

<sup>3</sup>Trata-se de uma pesquisa de Mestrado realizada por Silva (2016), intitulada Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos no Ensino Público Primário entre Maranhão e São Paulo: aritmética escolar na legislação oficial de 1890 a 1895, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática-PPGECM/UFPel/RS

<sup>4</sup> Agradecimento aos Diletos professores Maria de Fátima Duarte Martins, Denise Silveira Nascimento e Wagner Rodrigues Valente pela leitura crítica e sugestões dadas à primeira versão deste texto.

<sup>5</sup> Nomenclatura da época correspondente as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Atualmente, com a inserção da política de nove anos ao Ensino Fundamental, corresponde ao Ensino Fundamental de 1º ao 5º anos em decorrência da Lei n. 11.274/2006, a ideia é considerada e apontada no seguinte trecho: "Pensar na organização da escola em função de crianças das séries/anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase nas crianças de seis anos, envolve concebê-las no sentido da inserção no mundo letrado" (BRASIL, 2006, p. 92).

✓ Quais as percepções e aproximações presentes nos programas para o ensino de saberes elementares aritméticos na escola primária entre os Estados Maranhão e São Paulo, 1890-189?

Com se vê um intensivo fluxo de questionamentos foram surgindo e respondidos por meio de uma leitura contextualizada e atenta as fontes primárias - Leis, Decretos e Regulamentos - da Instrução Pública Primária do Maranhão e São Paulo no período em questão. Foram sucessivas visitas realizadas in lócus ora na Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite, ora no Arquivo Público Estadual, localizados em São Luís, capital do Estado do Maranhão, objetivando localizar e inventariar fontes oficiais primárias em resposta as intencionalidades e questionamentos levantados.

Esse manancial de fontes<sup>6</sup> foi identificado como matéria-prima para os debates que agudizam o olhar sobre os conteúdos aritméticos permitindo articulação, configuração e construção dos contextos maranhense e paulista:

No contexto maranhense, vetores foram possíveis identificar, como o Decreto nº21 de 15 de abril de 1890 aprova o Regimento da Secretaria da Instrução Pública, visto que neste Decreto está a aprovação do Regulamento da Instrução Pública, que reorganizava o ensino público, determinando a criação de escolas primárias, de 1º, 2º e 3º graus, e a sua instalação nos povoados, vilas e cidades sob a égide de programa fixo para essas escolas; o Decreto nº 94, de 1º de setembro de 1891 que organiza o ensino público do Estado do Maranhão; A Lei nº56 de 15 de maio de 1893 e a Lei nº119 de 2 de maio de 1895, que reorganiza a Instrução Pública do Estado (MARANHÃO, Leis, Decretos e Regulamentos da Instrução Pública Primária do Estado do Maranhão, 1890-1895).

Já no contexto paulista, os vetores identificados foram: o Decreto nº144B de 30 de dezembro de 1892 aprova o Regulamento da Instrução Pública; Lei nº 169, de 7 de agosto de 1893 – Regulamento da Instrução Pública; Decreto nº218 de julho de 1893 - Aprovou o Regulamento da Instrução Pública para execução das leis nº88 de 8 de setembro de 1892, e nº169, de 7 de agosto de 1893; Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894. Regimento interno das

---

<sup>6</sup> “A Fonte provém do passado, é o passado, mas não está no passado quando é interrogado. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado” (RAGAZZINI, 2001, p.14). Ver: fontes disponíveis no Repositório da UFSC, no seguinte endereço: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/126853>

---

escolas públicas. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1894 (SÃO PAULO, Leis e Decretos 1892 a 1894).

De posse dessas informações, o passo seguinte foi à construção do aporte metodológico cunhado na pesquisa bibliográfica e na pesquisa histórico-documental alinhando-se aos postulados da “Escola de Annales”<sup>7</sup>. A contribuição teórica ocorreu a partir do pensamento dos autores LeGoff (1990, 1994); De Certeau (1982, 1990, 2013); Chervel (1990) Farias Filho (1998) e Valente (2007, 2013, 2015) - todos contribuindo com debates férteis relacionados aos três campos de investigação que são originalmente indissociáveis no interior do campo da matemática: a história da matemática, a educação matemática e as relações entre a história e a Educação Matemática - e de autores maranhenses como Oliveira(1874); Viveiros (1953); Andrade (1982); Tribuzi (1981); Meireles (2001) e Saldanha (2008) fundamentais na contextualização da história da educação maranhense. Sítios como o da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), foram consultados com trabalhos relacionados à Instrução Pública do Maranhão e nos programas para o ensino primário.

Essa movimentação dialógica e científica convergiu para a organização deste texto desdobrando-o em três etapas: a primeira, uma introdução situando o leitor na compreensão do texto; a segunda, reportando-se ao entendimento de saberes elementares aritméticos inspirados por Valente (2015), com vista aos saberes identificados nos documentos oficiais do Maranhão e São Paulo e a terceira, com Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos a partir de documentos oficiais de ensino para a Escola Primária entre Maranhão e São Paulo no período em questão, reflexões foram feitas nas considerações finais permitindo o leitor a consultar outros textos, sítios e links citados no rol das referências.

---

<sup>7</sup> Escola de Annales- movimento historiográfico fundada por historiadores franceses Marc Léopold Benjamim Bloc (1886-1944) ao lado de Lucien Paul Victor Febvre (1878-1956), que se uniram para criar uma revista de História Annales d'histoire é conomiqueet social, (em português, Anais de História Econômica e Social). Emergem as principais obras clássicas, como A Apologia da História, de Marc Bloch, os Combates pela História, de Lucien Febvre (1965), os ensaios de Fernando Braudel incluídos na obra A Escrita da História (1969), os ensaios de François Furet em 1982 sobre a rubrica A Oficina da História, ou ainda as grandes coletâneas coordenadas por historiadores da Nouvelle Histoire como Jacques Le Goff e Pierre Nora, entre os quais a coletânea Faire de l'Histoire (1974) ou a coletânea Nouvelle Histoire (1978).

## A FINAL, O QUE SÃO SABERES ELEMENTARES<sup>8</sup> ARITMÉTICOS?

Em primeiro lugar, é importante definir um entendimento sobre saberes elementares aritméticos aqui compreendidos como conteúdos de aritmética escolar presente nos programas para o ensino primário.

Em face disso, o sentido adotado foi a partir de Valente (2015), identificando saberes elementares presentes em diferentes matérias/disciplinas que fazem referências aos números por meio de algarismos aritméticos. O autor assinala que [...] “existem rubricas as mais variadas que contém saberes matemático” [...], diz que nas matérias “Cálculo, Aritmética, Desenho, Trabalhos Manuais, Geometria, Modelagem, Cartografia etc.,” estão “associado ao contexto local e as reformas estabelecidas para reger a escola primária em diferentes pontos do país” (VALENTE, 2015, p.17-18).

É interessante apontar que em um de seus Cadernos<sup>9</sup> de Trabalho, no volume 1, Valente (2015) esclarece com reflexões provocativas em torno do que é o elementar justamente sinalizando ao leitor a construção de novos olhares sobre saberes elementares aritméticos.

No âmbito desse movimento, o historiador deve seguir os vestígios, esforçando-se por encontrá-las, deve classificá-las e analisá-las com a finalidade de constituir história que por sua vez estará em movimento e em função de novos conhecimentos. Marc Bloch<sup>10</sup> (1965), afirma que: “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (p.75), e Valente (2008) conclui dizendo:

[...] o historiador da educação matemática tem, por tarefa, organizar um conjunto de obras didáticas sobre as quais irá se debruçar para investigar a trajetória da educação matemática num determinado período (p.143).

---

<sup>8</sup> Relacionado ao primeiro nível escolar, o Elementar, termo utilizado por Valente (2015) em pesquisas de história em educação matemática.

<sup>9</sup> Cadernos de Trabalho, composto de dez volumes fruto de produção coletiva de professores pesquisadores do GHEMAT.

<sup>10</sup> Marc Bloch, historiador francês, um dos fundadores da Revista Annales, autor da obra Apologia da História (1944), destaca a importância do ofício do historiador, a relação do homem com seu passado colocando-o elemento principal no tempo e espaço.

Não obstante, essa referência instiga os pesquisadores para a labuta a uma investigação crítica da pesquisa em diversos ângulos e procedimentos para desencadeamento de ampla discussão. De acordo com o autor, problematizando se produz história da educação matemática historicamente.

### **SABERES ELEMENTARES ARITMÉTICOS IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS OFICIAIS DO MARANHÃO, 1890-1895.**

No Maranhão, segundo Silva (2015) nos anos iniciais da primeira república ocorrem sucessivas reformas educacionais dirigidas à instrução pública primária. Essas reformas educacionais uma vez promulgadas, uma sobre a outra favoreciam um clima de instabilidade no âmbito da educação, em particular, para a escola primária. Cada reforma promulgada, ajustes eram realizados sem nenhum acompanhamento no ensino.

Para conhecer o processo dessas reformas, o quadro 1 mostra o inventário das fontes primárias, garimpadas nos acervos públicos maranhense, identificados como Regulamentos, Decretos e Leis para fundamentação deste trabalho.

Quadro 1 - Inventário de fontes, Maranhão, 1890-1895.

<b>Arquivo Público Estadual/MA</b>	<b>Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite/MA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Regulamento do Ensino Público do Estado do Maranhão-Decreto nº94 de 1º de setembro de 1890</li> <li>✓ Lei nº58 de 17 de maio de 1893.</li> <li>✓ Regulamento da Instrução Pública do Maranhão - Execução da Lei nº56 de 15 de maio de 1893.</li> <li>✓ Lei n.119 de 2 maio de 1895 – Reorganiza a Instrução Pública.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Regulamento da Instrução Pública, 1890.</li> <li>✓ Decreto nº94, de 1º de setembro de 1891.</li> <li>✓ Regulamento do ensino primário – 1894.</li> </ul>

Fonte: MARANHÃO, Leis, Regulamentos e Decretos do Estado do Maranhão, 1890-1895 (Elaborado pela autora a partir dos documentos localizados no Arquivo Público Estadual/MA e da Biblioteca Pública Estadual do Maranhão). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/126853>

Em uma mesma esteira, o Quadro acima sintetizou um trabalho de longo investimento de tempo com mapeamento de documentos oficiais identificados como pistas de conteúdos imbuídos nos programas de ensino os quais deveriam reger as escolas primárias localizadas em

povoados, vilas e cidades maranhenses, o leitor poderá acessar o Repositório<sup>11</sup> de Conteúdo Digital da Universidade Federal de Santa Catarina, especificamente na pasta GHEMAT Maranhão uma lista, senão completa, pelo menos bastante representativa da produção de documentos no campo de investigação específico em história da educação matemática.

Dando prosseguimento podem-se verificar na Figura 1 os documentos inventariados e mencionados no item anterior são produções já no domínio das relações entre a educação matemática e o campo dos estudos historiográficos, uma aproximação dialógica que vem gerando um conjunto amplo de pesquisas para pesquisadores maranhenses.

Figura 1 – Recorte temporal e as fontes indicadas, 1890/1891<sup>12</sup>/1893<sup>13</sup>/1894<sup>14</sup>/1895<sup>15</sup>16.



Fonte: MARANHÃO, Regulamentos da Instrução Pública Primária, 1890 a 1895.

Concernente a uma variada documentação normativa para as escolas primárias maranhenses ecoa nos programas de ensino os conteúdos que deveriam ser ministrados pelos professores como inovação da época.

## SABERES ELEMENTARES ARITMÉTICOS IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS OFICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1892-1894.

<sup>11</sup> Repositório UFSC ver endereço eletrônico.

<sup>12</sup> Decreto da Instrução Pública Primária do Estado do Maranhão, de 1891, Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161520>> Acesso em: 13 de jan de 2017.

<sup>13</sup> Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado do Maranhão, de 1893, Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161521> em: 13 de jan de 2017.

<sup>14</sup> 15 Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado do Maranhão, de 1894, Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161515>> Acesso em: 13 de jan de 2017.

<sup>15</sup> Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado do Maranhão, de 1895, Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/171179>> Acesso em: 13 de jan de 2017.

Em São Paulo, a busca por pistas sobre saberes elementares aritméticos para o ensino primário foi identificada em Leis e Decretos, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 – Leis e Decretos do Estado de São Paulo (1892-1894)

Estado	Ano	Legislação	Descrição
São Paulo	1892	Lei nº88, de 8 de setembro de Decreto nº144B de 30 de dezembro.	Reforma a educação primária, pública e secundária. Aprova o Regulamento da Instrução Pública
	1893	Lei nº169, de 7 de agosto Decreto nº218 de 27 de novembro	Regulamento da Instrução Pública Aprovou o Regimento da Instrução Pública para execução das leis nº88 de 8 de setembro de 1892, e nº169, de 7 de agosto de 1893.
	1894	Decreto nº248, de julho de	Aprova Regimento Interno das escolas públicas.

Fonte: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769> > Acesso em: 21 ago. 2016.

<http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm>

Esse quadro expressa Leis e Decretos concernente a Instrução Pública Primária do Estado de São Paulo. Isso posto, é possível considerar que em 8 de setembro de 1892, foi aprovada por dr. Bernardino de Campos, a Lei nº88, instruiu a divisão do ensino paulista em primário, secundário e superior, o ensino primário ficou compreendido em dois cursos: escola preliminar e escola complementar.

A escola preliminar, composto das matérias:

Moral prática e educação física, leitura e princípio de gramática, escrita e caligrafia, noções de geografia geral e cosmografia, geografia do Brasil, especialmente do Estado de S. Paulo, história do Brasil e leitura sobre a vida dos grandes homens da história; **cálculo aritmético sobre os números inteiros e frações, sistema métrico decimal, noções de geometria**, especialmente nas suas aplicações a medida de superfície e volumes, noções de ciências físicas, químicas e naturais, nas suas mais simples aplicações, especialmente a higiene, desenho a mão livre, canto e leitura de música, exercícios ginsticos, manuais e militares apropriados, a idade e ao sexo (SÃO PAULO, LEI nº 88, 1892, Art.6º)<sup>16</sup>.

E a escola complementar, composto das matérias:

Moral e educação cívica, português e Francês, noções de história, geografia universal, história e geografia do Brasil, **Aritmética elementar e elementos de álgebra até equações do 2º grau, inclusive, Geometria plana e no espaço, Noções de trigonometria** e de mecânica, astronomia elementar

<sup>16</sup> Grafia e expressão refere-se à época.

(cosmografia), Noções de physica e chimica experimental e historia natural, noções de higiene, Escripuraçãomercantil, noções de economia política, para os homens e economia doméstica para as mulheres, Desenho a mão livre, topographico e geométrico, Caligrafia, Exercícios militares, ginástica e manuais, apropriados a idade e ao sexo (SÃO PAULO, LEI nº88, 1892)<sup>17</sup>.

Em seu texto, a Lei procurou assegurar as matérias tanto para a escola preliminar como para a escola complementar, acrescido de funcionários administrativos e professores em atendimento aos alunos.

A Lei nº144b, de 30 de dezembro de 1892, promulgada no mesmo ano, aprova o Regulamento da Instrução Pública paulista, fazendo-o executar.

A Lei nº169, de 7 de agosto de 1893, adita as disposições da Lei nº88, de 1892, distribuindo as seguintes matérias para a escolas complementares:

**Arithmética, álgebra** e escripuração mercantil, **geometria, trigonometria** e elementos da mechanica, Physica, chimica, história e noções de hygiene, cosmographia, geografia geral e do Brasil, história geral e do Brasil, economia política ou doméstica, conforme o sexo, moral e educação cívica, caligrafia, desenho, e trabalhos manuaes, português e francez, exercçios gymnásticos e militares (LEI nº 169, 1893, Art.9º)<sup>18</sup>.

Nas recomendações a referida Lei efetiva a presença de professores diplomados, acompanhado da fiscalização técnica dos Inspectores de distrito e das Câmaras municipais.

O Decreto nº218, promulgado em 27 de novembro de 1893, aprovado pelo Presidente do estado de São Paulo, fez vigorar o Regulamento da Instrução para a execução das Leis nº88, de 8 de setembro de 1892 e a de nº169, de 7 de agosto de 1893. Em seu texto, fez menção a distribuição de cadeiras de ensino da escola normal. Esse documento trouxe um detalhamento no Art.267 compondo diversas matérias distribuídas nos quatro anos do curso secundário da escola Normal. Nesse caso, identifica-se a matéria Aritmética presente somente na primeira e segunda série do primeiro ano.

Esse regulamento enfatizou um exame de suficiência no tocante as matérias de português, francês, noções de história e geografia, aritmética práticas de operações algébricas, noções de geometria e desenho a mão livre. O exame foi editado mediante execução das Leis nº88, de 1892 e a Lei nº169, de 1893.

<sup>17</sup> Grafia e expressão referem-se à época.

<sup>18</sup> Grafia e expressão referem-se à época.

O Decreto n. 248, de 26 de julho de 1894, aprovou o regimento interno com uniformização dos programas de ensino os quais deveriam reger o ensino público paulista em 1894.

Neste decreto, destacou-se somente a matéria Aritmética<sup>19</sup> presente nos anos/séries devido sua relação com este trabalho:

## 1º Ano

Ano	Série	Matéria de Aritmética
1º	1ª	Arithmetica - Sommar, diminuir, multiplicar e dividir praticamente até 10 com auxilio de objectos.
	2ª	Arithmetica - Uso dos signaes +, -, X, e ÷ praticados nas differentes combinações até 10. Contar até 50 sempre com auxilio de objectos.

Fonte: <http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm> Acesso em: 21 ago. 2016.

## 2º Ano

Ano	Série	Matéria de Aritmética
2º	1ª	Arithmetica - Contar de 1 a 1000 por unidades. Algarismos arábicos e romanos - Taboas de multiplicar e dividir até á casa do 6.
	2ª	Arithmetica - Contar de 1 a 1.000.000 por unidades, dezenas e centenas, Taboas de addição, subtracção até 120. Taboas de multiplicação e divisão até á casa do 12.

Fonte: <http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm> Acesso em: 21 ago.2016.

## 3º Ano

Ano	Série	Matéria de Aritmética
3º	1ª	Arithmetica - Generalidades. Numeração falada e escripta. Prova da addição e da subtracção. Taboas de multiplicar e dividir até á casa do 15.
	2ª	Arithmetica - Taboas de multiplicação até a casa de 20. Estudo completo da divisão. Prova da multiplicação e da divisão.

Fonte: <http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm> Acesso em: 21 ago. 2016.

## 4º Ano

Ano	Série	Matéria/disciplina Aritmética
4º	1ª	Revisão Divisibilidade dos números. Máximo divisor commum. Fracções ordinárias. Reduzir fracções ao minimo denominador commum. Adição, subtracção, multiplicação e divisão das fracções.
	2ª	Arithmetica - Addicção, subtracção, multiplicação, divisão de números decimaes.

Fonte: <http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm> Acesso em: 21 ago.2016.

<sup>19</sup> Apenas no Programa na 1ª série do 4º ano a Revisão é posta, está alocado vários conteúdos inserido na Aritmética.

No Quadro síntese acima, percebe-se a presença da Aritmética, logo, atrelado a isto, uma proximidade entre os programas relativo à Aritmética ao longo dos 4 anos e respectivas séries. Houve progressiva notoriedade no que tange a organização da matéria Aritmética nos programas para o ensino primário de São Paulo, é que havia uma preocupação com o processo de constituição da Matemática como saber escolar no Estado do ponto de vista legal.

### **PERCEPÇÕES E APROXIMAÇÕES SOBRE SABERES ELEMENTARES ARIMÉTICOS A PARTIR DA LEGISLAÇÃO OFICIAL ENTRE MARANHÃO E SÃO PAULO, 1890-1895.**

A referência paulista sob a organização da instrução pública no Brasil elevou-o na época como modelo para os demais estados da federação. O Maranhão sob essa forte influência interagiu com reformas educacionais fazendo circular saberes elementares aritméticos no ensino primário.

Á guisa de ilustração, o quadro 3 apresenta percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos a partir da legislação oficial entre Maranhão e São Paulo (1890-1895) os quais evocam circulação de documentos das escolas primárias entre os dois estados.

Quadro 3 – Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos a partir da legislação oficial entre Maranhão e São Paulo (1890-1895).

Estado	Ano	Legislação	Descrição
Maranhão	1890	Decreto nº 21 de 15 de abril. Regulamento da Instrução Pública, de 22 de junho.	Fixava os currículos para as escolas primárias de 1º, 2º e 3º graus.
Maranhão	1891	Decreto nº94 de 1º de setembro. Regulamento do Ensino Público do Estado do Maranhão.	Reorganiza o ensino público do Estado do Maranhão
Maranhão	1893	Regulamento da Instrução Pública do Maranhão.	Organiza o ensino do Estado
Maranhão	1894	Regulamento do ensino primário.	Organiza o ensino primário
Maranhão	1895	Leis nº 56, de 15 de maio 1893. Lei nº119, de 2 de maio de 1895.	Reorganiza a Instrução Pública do Estado
São Paulo	1892	Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892.	Reforma a educação primária, pública e secundária.
São Paulo	1892	Decreto nº144B de 30 de dezembro 1892.	Aprova o Regulamento da Instrução Pública

São Paulo	1892	Lei nº169, de 7 de agosto 1892.	Regulamento da Instrução Pública
São Paulo	1893	Decreto nº218 de 27 de novembro	Aprovou o Regimento da Instrução Pública para execução das leis nº88 de 8 de setembro de 1892, e nº169, de 7 de agosto de 1893.
São Paulo	1893	Lei nº169, de 7 de agosto de 1893.	Regulamento da Instrução Pública
São Paulo	1894	Decreto nº248, de julho de 1894.	Aprova Regimento Interno das escolas públicas.

Fonte: Elaborado pela autora, consultar: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>> Acesso em: 21 ago. 2016.

<<http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm>>

Como aventado anteriormente sob a gênese da lei os achados da pesquisa tomam feição privilegiada indicando uma legislação favorável no campo dos saberes elementares aritméticos imbricados nos programas para o ensino primário entre os dois estados analisado.

Ao que parece, a ênfase maior recai sobre a cadeira de Aritmética mantida como campo de fértil aproximação nos programas de ensino da escola primária do Maranhão (MA) em relação à escola primária de São Paulo (SP) que põe em cena assimilaridade de conteúdos nos programas entre os dois estados e se constituindo como dispositivo público no processo de racionalização da escola e referência para os professores.

## PARA CONCLUIR, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.

A pretensão deste texto foi analisar saberes entrelaçados entre os Estados Maranhão e São Paulo, ou melhor, como o modelo Escola Primária difundida a partir do modelo de São Paulo, circularam saberes elementares aritméticos presentes nos programas da Escola Primária do Maranhão, no período de 1890 a 1895;

Para responder a esse e outros questionamentos o percurso da investigação tornou-se tarefa desafiadora. Esforços foram empreendidos com estudo de aprofundamento nas prescrições da instrução pública primária dos Estados Maranhão e São Paulo, voltados em particular aos saberes elementares aritméticos. Os documentos legislativos, como Leis, Decretos e Regulamentos oficiais garantiram a legitimidade e confiabilidade das fontes primárias encontradas ora na Biblioteca Benedito Leite/MA, ora no Arquivo público /MA. Há de se destacar que os momentos de busca oportunizaram localizar os achados da pesquisa,

propiciando experiências enriquecedoras para responder aos questionamentos e traçados deste trabalho, criando espaços de discussão para pensar futuras pesquisas, o que implica a ampliação da temática como proposição de outros caminhos para pesquisa associadas à História da Educação Matemática.

As constatações analíticas da pesquisa indicaram indícios da existência de um conjunto de matérias, como Aritmética, Geometria, Desenho etc. ministradas no ensino primário tanto no estado do Maranhão como no estado de São Paulo (1890-1895). Dito de outra maneira evidenciou-se saberes nesse processo, contudo foi tratado analiticamente tão somente saberes elementares aritméticos articulados entre os dois estados.

Constatou-se para o momento, apresentar saberes elementares imbricados na matéria Aritmética como um saber priorizado desencadeador de muitas funções, que nortearam o ensino primário da época, destacando-se pelo desenvolvimento do pensamento matemático, o raciocínio lógico da criança,

Por fim, cabe ressaltar que no programa de ensino primário do estado do Maranhão, a Aritmética, tem igual conceito, tal como no programa de ensino de São Paulo, pois se entendeu que a matéria de Aritmética se materializava nas operações fundamentais: de somar, diminuir, multiplicar e dividir; relações de proporção envolvendo regra de três e valores percentual, com contributos de observação, atenção, memória, raciocínio, exatidão, concentração os quais certos conteúdos tinham o poder de fortalecê-la, além de outras informações em colaboração a instrução primária do estado.

## REFERENCIAS

ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional do Maranhão na primeira República**. São Luís, UFMA, Secretaria de Educação, 1984.

ANTONIO DA COSTA, David/Wagner Rodrigues Valente (Org.) **Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?** Estudos histórico-comparativos a partir da documentação oficial escolar. 1. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

\_\_\_\_\_. **Cadernos de trabalho**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

BRASIL. Lei n. 11.274, 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União, Brasília**, 7 fev. 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

COSTA, David Antonioda. **A aritmética escolar no Ensino Primário Brasileiro: 1890-1946**. 2010, 278 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em:

<[http://www.pucsp.br/pos/edmat/do/COSTA\\_david\\_antonio.html](http://www.pucsp.br/pos/edmat/do/COSTA_david_antonio.html)>. Acesso em: 12 maio 2015.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1990.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

DE CERTAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

\_\_\_\_\_. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: VIDAL, D. G. GONDRA, J. G., FARIA FILHO, L. M. de; DUARTE, R. H. **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Fundação Autêntica, 2001.

RAGAZZINI, D. **Para quem e o que testemunham as fontes da história da Educação**, 2001.

SÃO PAULO. Lei n 88, de 08 de setembro de 1892a. **Reforma a instrução pública do Estado**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>> Acesso em: 21 de ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 144B, de 30 de dezembro de 1892b. **Aprova o regulamento da instrução pública.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1892/decreto-144B-30.12.1892.html>> Acesso em: 21 de ago. 2016.

\_\_\_\_\_. (Estado). Lei nº169, de 7 de agosto de 1893. **Adita diversas disposições a Lei nº88, de 8 de Setembro de 1892.** Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64308> > Acesso em: 21 de agosto 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894.** Aprova o regimento interno das escolas públicas. Assembleia Legislativa de São Paulo, 1894. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-248-26.07.1894.html>> Acesso em: 21 ago. 2016.  
 SALDANHA, Lilian Maria Leda. **A instrução maranhense na primeira década republicana.** Imperatriz, MA: Ética, 2008.

SEMINÁRIO TEMÁTICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2014. Santa Catarina. **A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970.** Santa Catarina: UFSC, 2014, Disponível em: <<http://seminariotematico.ufsc.br/category/artigos/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.  
 SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Marylucia Cavalcante. **Percepções e Aproximações sobre os saberes elementares aritméticos para o Ensino Público Primário entre Maranhão e São Paulo:** aritmética escolar na legislação oficial de 1890 a 1895. 2016. 137f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática). Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2016.

SILVA, M. C; RIOS, D.F. Instrução Pública no Maranhão: Matemática nas prescrições dos currículos e programas de ensino (1890-1971). **Anais XII Seminário Temático.** PUCPR; 2015 abr. 08-11; Curitiba, Paraná ISSN 2357-9889 Disponível em: <[http://www2.td.utfpr.edu.br/seminario\\_tematico/ANAIS/7\\_SILVA\\_RIOS.pdf](http://www2.td.utfpr.edu.br/seminario_tematico/ANAIS/7_SILVA_RIOS.pdf)> Acesso em: 21 de ago. 2016.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão:** uma proposta de desenvolvimento. São Luís, FIPES, 1981, p. 12.

VALENTE, Wagner Rodrigues (Orgs.). **Saberes matemáticos no curso primário:** o que, como e por que ensinar estudos histórico-comparativo a partir da documentação oficial escolar. São Paulo: Editora da Física, 2014.

\_\_\_\_\_. W. R.A **Constituição do elementar matemático**: uma análise de programas de ensino (São Paulo, 1890-1950). v. 19, n.2, maio/ago. 2015 Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2015.192.04/4705>> Acesso em: 05 de fev. 2017.

VIDAL, Diana Gonçalves & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Humanitas Publicações, v.23, n.45, pp. 38-70. 2003.

VIVEIROS, Jerônimo de. Apontamentos para a história da instrução pública e particular no Maranhão. In: **Revista de geografia e história**. São Luís/MA: IBGE, 1954.